



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13/03/2017
(Contém folhas)

ATA Nº 05

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Jorge Alves Custódio	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 13/03/2017

ATA Nº 05

----- Aos treze dias do mês de março do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, por se encontrar em representação do Município na BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa). -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 27 de fevereiro de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS
SENHORES VEREADORES**

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - CÂMARA MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2.1 – Indemnização pela Ocupação de uma Parcela de Terreno com 18,47 m2, pertencente ao Logradouro do Artigo Urbano nº 3408, sita no lugar denominado “Rua do Perrinho”, Pampilhosa da Serra

----- Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta: -----

----- Tendo em conta o investimento já efetuado por este Município, no que concerne à continuidade da requalificação do leito do Rio Unhais na Zona do Cabecinho, constata-se que é primordial melhorar as vias de acesso aquele local, alargando a estrada, por forma a permitir a passagem de automóveis, bem como facilitar as manobras das viaturas necessárias à realização das obras que se pretendem levar a efeito no local; -----

----- Assim, efetuado que foi, o levantamento topográfico da área necessária ao alargamento da Rua do Perrinho, o qual se anexa à presente, considera-se necessário indemnizar no valor acordado de **500 €** (quinhentos euros) a Senhora **Maria Manuela de Almeida Cortez Olivença Nunes**, divorciada, contribuinte fiscal nº 110 589 050, titular do Cartão de Cidadão nº 04431782 4 ZY5 – válido até 10/07/2019, residente na Rua 1º de Maio, lote 6 – 1º Esqº., Bairro da Pedrulha, 3025-107 Coimbra e no valor acordado de **500 €** (quinhentos euros), o Senhor **José Ramos Nunes**, divorciado, contribuinte fiscal nº 111 251 176, titular do Cartão de Cidadão nº 07577198 5 ZZ5 – válido até 15/11/2017, residente no Bairro de São Martinho, nº 3, 3320-206 Pampilhosa da Serra, devidos pela ocupação de uma parcela de terreno, **com a área de 18,47 m2**, a qual faz parte do logradouro do artigo Urbano nº 3408, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 8413, sito na Rua do Perrinho, na freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, imóvel esse adquirido na Constança do casamento dos proprietários supra identificados, e que se destina a integrar o Domínio Público Municipal, mais concretamente, ao alargamento da referida Rua do Perrinho.-----

----- Importa ainda esclarecer que o valor da indemnização acordado, foi calculado tendo em consideração que é área urbana e que a mesma se encontra vedada por um muro de suporte de terras, o qual vai ter que ser demolido na sua totalidade. -----

----- Existe verba para efetuar a presente indemnização, conforme consta da informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, que se anexa à presente. ----

----- Assim, com vista à regularização junto do Serviço de Finanças de Pampilhosa da Serra, bem como na Conservatória do Registo Predial, sugiro que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na al. ccc), do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquela parcela de terreno com 18,47 m2, pertencente ao artigo urbano nº 3408 da Freguesia de Pampilhosa da Serra, ao domínio público Municipal, nos termos da alínea q), do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua redação em vigor.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a referida indemnização. -----

----- Mais deliberou propor à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação da referida parcela de terreno ao domínio público Municipal, nos termos da alínea q), do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, atenta a sua redação em vigor. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

2.2 - Protocolo de Cooperação entre a Direção de Finanças de Coimbra, serviço regional da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e o Município de Pampilhosa da Serra.

----- Foi presente a minuta de Protocolo de Cooperação, a celebrar entre a Direção de Finanças de Coimbra, serviço regional de Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), organicamente integrada no Ministério das Finanças, e o Município de Pampilhosa da Serra, cujo objeto consiste na definição dos termos e amplitude da cooperação entre o Município de Pampilhosa da Serra e a AT, através da Direção de Finanças e dos serviços locais com competências na área do Município de Pampilhosa da Serra, que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do referido Protocolo de Cooperação e, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3 - DIVISÃO FINANCEIRA

3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 09 de março de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.957.973,39 € (um milhão novecentos e cinquenta e sete mil novecentos e setenta e três euros e trinta e nove cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 254.206,38 € (duzentos e cinquenta e quatro mil



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

duzentos e seis euros e trinta e oito centimos), num total de 2.222.401,89 € (dois milhões duzentos e vinte e dois mil quatrocentos e um euros e oitenta e nove centimos).-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.1.2 – Contratação de Empréstimo a médio e longo prazos, até ao montante de 2.000.000,00 € (dois milhões de euros)

- Aprovação das Cláusulas Contratuais a celebrar com a Caixa Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal, C.R.L

----- Foram presentes à Câmara Municipal as cláusulas contratuais do empréstimo até ao montante de 2.000.000,00 € (Dois Milhões de Euros), a celebrar com a Caixa Agrícola Mútuo da Zona do Pinhal, C.R.L (documento que para todos os efeitos legais se dá como integralmente reproduzido) -----

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Entre a:-----

CAIXA AGRÍCOLA MÚTUO DA ZONA DO PINHAL, C.R.L., Pessoa Coletiva n.º501.292.748, matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Sertã sob o n.º501.292.748, com o Capital Social realizado de € 12.557.815,00 (variável), com sede na Praça da República, n.º35, na vila, sede de freguesia e concelho de Sertã, neste Contrato designada por **CAIXA AGRÍCOLA**.-----

E o: -----

MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA, autarquia local, NIPC 506.811.883, com sede na Rua Rangel de Lima, em Pampilhosa da Serra, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra, representado pelo seu **Presidente da Câmara Municipal e signatário**, Sr. José Alberto Pacheco Brito Dias, - neste Contrato designado por **MUNICÍPIO** ou **MUTUÁRIO**.-----

* É celebrado o presente **Contrato de Empréstimo**, que se rege pelas cláusulas seguintes

CLÁUSULA PRIMEIRA (*Empréstimo e pressupostos*) -----

1. O presente Contrato regula os termos e condições do empréstimo nele previsto, que a **CAIXA AGRÍCOLA** concede ao **MUNICÍPIO**, ao abrigo da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro (que aprovou o Regime Financeiro das Finanças Locais e das Entidades Intermunicipais) e com os pressupostos e as condições a seguir previstos.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

2. A quantia a mutuar destina-se a dotar o **MUNICÍPIO** de meios financeiros e no âmbito dos seguintes projetos de investimento:-----
 - a) Requalificação da Escola EBI, no valor de € 560.000,00 (quinhentos e sessenta mil euros);-----
 - b) Requalificação do Cabecinho/Pampilhosa da Serra, no valor de € 390.000,00 (trezentos e noventa mil euros);-----
 - c) Parque Autocaravana, no valor de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros);-----
 - d) Requalificação Cemitério de Pampilhosa da Serra, no valor de € 60.000,00 (sessenta mil euros);-----
 - e) Quinta S. Martinho 2ª Fase - obras de urbanização, no valor de € 140.000,00 (cento e quarenta mil euros);-----
 - f) Arruamentos em Portas do Souto, no valor de € 100.000,00 (cem mil euros);-----
 - g) Requalificação do Mercado Municipal, no valor de € 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil euros).-----
3. O outorgante Presidente da Câmara do **MUNICÍPIO** declara, em nome deste, que o presente empréstimo tem previsão orçamental e foi aprovado pela respetiva Assembleia Municipal, conforme ata de 24/02/2017, e de acordo com o procedimento de adjudicação aprovado em Sessão de Câmara de 09/01/2017. -----
4. O presente Contrato de Empréstimo e a concessão ou disponibilização dos respetivos fundos a mutuar, por *tranches*, pela **CAIXA AGRÍCOLA** ao **MUNICÍPIO** pressupõem e ficam subordinados ao visto prévio favorável do Tribunal de Contas e respetiva comprovação.-----

CLÁUSULA SEGUNDA (*Empréstimo, Prazo e Confissão de dívida*) -----

1. Nos termos e condições deste Contrato, a **CAIXA AGRÍCOLA** concede ao **MUTUÁRIO** um empréstimo do montante de € 2.000.000,00 (dois milhões de euros), a disponibilizar por *tranches*.-----
2. O prazo do empréstimo é de 192 (cento e noventa e dois) meses a contar da data da primeira utilização do crédito, ou seja: da concessão ou crédito da primeira *tranche* como a seguir se prevê, que o **MUTUÁRIO** tem de solicitar atempadamente e por escrito, para ser disponibilizada no prazo de trinta dias a contar da data do visto



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

- prévio favorável do Tribunal de Contas e que, em qualquer caso, não pode exceder o prazo de 6 (seis) meses a contar da data deste Contrato. -----
3. Os fundos do empréstimo terão de ser solicitados e utilizados pelo **MUTUÁRIO** no prazo de **24** (vinte e quatro) meses (período de utilização) a contar da data da primeira utilização feita nos termos e prazo previstos no número anterior; e findo esse período, fica precluída a solicitação e utilização, pelo **MUTUÁRIO**, de fundos do empréstimo.
 4. A utilização e crédito das quantias de cada *tranche* do empréstimo dependem de solicitação escrita do **MUTUÁRIO**, ou da respetiva Câmara Municipal, à **CAIXA AGRÍCOLA**, feita com pelo menos dois dias úteis bancários de antecedência em relação à data do crédito. -----
 5. As quantias do presente empréstimo serão mutuadas por *tranches*, mediante o respetivo crédito na conta de depósitos à ordem que lhe está associada e titulada em nome do **MUTUÁRIO**, na **CAIXA AGRÍCOLA**, com o IBAN PT50 0045 4118 4017 8054 2907 8, adiante designada por «Conta D.O.». -----
 6. O **MUTUÁRIO** desde já se confessa devedor à **CAIXA AGRÍCOLA** das quantias mutuadas, através do respetivo crédito na sua referida Conta D.O., e obriga-se a pagá-las com os respetivos juros, comissões e despesas, como contratado. -----

CLÁUSULA TERCEIRA (*Processamento*) -----

1. O empréstimo, as quantias mutuadas e as respetivas obrigações são processadas em conta interna constituída pela **CAIXA AGRÍCOLA**, com a numeração que que for atribuída e que poderá ser alterada, que funcionará por contrapartida da Conta D.O. associada ao empréstimo e mencionada no número cinco da Cláusula Segunda.
2. O **MUTUÁRIO** obriga-se a ter a sobredita Conta D.O. suficientemente provisionada nas datas de vencimento das suas obrigações, e autoriza a **CAIXA AGRÍCOLA** a proceder aos movimentos e débitos dessa Conta D.O. para efetivar quaisquer pagamentos. -----
3. Os extratos das referidas contas, as notas de lançamento e débito, emitidas pela **CAIXA AGRÍCOLA** e relacionadas com o empréstimo constituem documentos bastantes para prova da dívida do **MUTUÁRIO** e dos registos e movimentação dessas contas. -----

CLÁUSULA QUARTA (*Prazo de Reembolso do Empréstimo*) -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

1. O prazo de reembolso do capital do empréstimo é de **168** (cento e sessenta e oito) **meses** a contar do termo do período de utilização previsto no número três da Cláusula Segunda, e que para este efeito coincide e corresponde a período de carência de capital também de **24** (vinte e quatro) **meses**. -----
2. O empréstimo será reembolsado em **56** (cinquenta e seis) **prestações constantes de capital e juros, trimestrais e sucessivas**, vencendo-se a primeira prestação **1** (um) **mês** a contar do termo do período de carência previsto no número anterior, e cada uma das outras prestações vence-se no correspondente dia de cada **trimestre subsequente**, sendo a última no termo do prazo do empréstimo, e conforme o plano de amortizações entregue ao **MUTUÁRIO** e que este declara recebido.-----

CLÁUSULA QUINTA (Juros) -----

1. A quantia mutuada e em dívida vence juros, postecipados e contados dia a dia, à taxa de juro anual nominal que resultar da média aritmética simples das cotações diárias da taxa **EURIBOR a 12 meses** (base 30/360) durante o mês de calendário anterior a cada período **anual**, e arredondada à milésima de ponto percentual, por excesso se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, ou por defeito se for inferior, e depois acrescida do 'spread' ou margem de **um vírgula cinco pontos percentuais (1,500%)**, o que se traduz na taxa de juro nominal atual de **um vírgula trezentos e noventa e quatro por cento (1,394%)**.-----
2. A taxa anual efetiva (TAE) deste Contrato, calculada nos termos do Dec.- Lei nº 220/94, de 23.08, é de **um vírgula quarenta e um por cento (1,410%)**.-----
3. Os juros vencem-se e serão pagos postecipadamente em **prestações trimestrais e sucessivas**, nas mesmas datas previstas no número dois da Cláusula Quarta para as prestações de capital, a que as de juros acrescem; sem embargo de se vencerem e serem devidos juros, também trimestralmente, sobre as quantias mutadas, durante o período de carência de capital a que se reporta a Cláusula Quarta. -----
4. Em caso de mora do **MUTUÁRIO** no pagamento de qualquer obrigação ou quantia serão devidos pelo **MUTUÁRIO** juros moratórios calculados à taxa que resultar da aplicação de uma sobretaxa anual de **3% (três) por cento** a acrescer à taxa de juros remuneratórios em vigor nesse momento, que incidirá sobre o capital vencido e não pago, que se vencem e são exigíveis diariamente e sem dependência de interpelação nem de aviso prévio. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

5. Ainda em caso de mora do **MUTUÁRIO** no pagamento de qualquer obrigação, a **CAIXA AGRÍCOLA** poderá, querendo, cobrar uma comissão de recuperação de valores em dívida, a acrescer à sobretaxa de mora a que se refere supra o número anterior, comissão essa que não poderá exceder 4% (quatro por cento) do valor da prestação vencida e não paga, sempre com os montantes mínimos e máximos em cada momento constantes do Preçário e que reproduzirá o estabelecido por lei e atualizado anualmente de acordo com o índice de preço ao consumidor, mediante portaria governamental, sendo que, nesta data, o mínimo ascende a € 12,00 (Doze euros) e o máximo a € 150,00 (Cento e cinquenta euros), salvo se o valor da prestação vencida e não paga for superior a € 50.000,00 (Cinquenta mil euros) circunstância em que o máximo da comissão devida poderá corresponder a 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor da prestação. -----

CLÁUSULA SEXTA (*Condições gerais*) -----

1. As prestações de capital e de juros e as demais obrigações contratuais são exigíveis e devem ser pagas pelo **MUTUÁRIO** nas datas dos seus vencimentos, independentemente de qualquer aviso ou interpelação. -----
 2. Todos os pagamentos, seja qual for a indicação do **MUTUÁRIO**, mesmo os realizados através das referidas Contas D.O., serão imputados pela ordem seguinte: a despesas e encargos, a comissões, a juros de mora, a juros remuneratórios vencidos, a capital vencido e depois a juros remuneratórios e a capital vincendos. -----
 3. No empréstimo e atos processados ao seu abrigo, as comissões e encargos da “Tabela de Preçário” da **CAIXA AGRÍCOLA** foram isentas, designadamente para: a comissão de abertura do crédito, a comissão de estudo e montagem, a comissão de análise, a comissão de utilização, a comissão de gestão ou processamento de prestação, a comissão de reembolso antecipado; ao que acrescem as despesas de intervenção em atos notariais ou similares, os encargos de correio, expedição e comunicações, como previsto na referida Tabela de Preçário e demais informação disponibilizada ao **MUTUÁRIO**, atualizáveis de acordo com as variações do mercado e os usos e práticas bancárias, além dos impostos respeitantes a essas comissões e encargos. -----
- A taxa de juro nominal aplicável em cada período de contagem será adequada em função das variações do indexante e respetiva periodicidade, para a sua determinação, aplicando-se automática e independentemente da comunicação que a esse respeito a **CAIXA AGRÍCOLA** fará ao **MUTUÁRIO**, tomando em consideração que a taxa de referência aplicável e as suas modificações são as usadas com carácter



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

de generalidade no sistema bancário e publicadas pelos meios adequados, e se encontram publicitadas e acessíveis nas instalações ao público nos balcões das **CAIXA AGRÍCOLA**. -----

4. A falta ou demora da **CAIXA AGRÍCOLA** na cobrança de créditos e na efetivação de débitos na referida Conta D.O., ou no exercício de algum direito ou faculdade, não representa a concessão de moratória, nem significa renúncia ou perda de qualquer prazo ou direito e à percepção dos créditos e quantias que lhe sejam devidas. -----
5. Os encargos e despesas relativos ao empréstimo, processamento dos inerentes atos e sua execução, incluindo fiscais, administrativos e judiciais, são da responsabilidade do **MUTUÁRIO**, ficando a **CAIXA AGRÍCOLA** autorizada a debitar a Conta D.O. esses pagamentos. -----
6. O **MUTUÁRIO** obriga-se a fornecer prontamente à **CAIXA AGRÍCOLA**, sempre que ela solicite, os documentos e informações sobre o crédito e sua aplicação; bem como a dar-lhes imediato conhecimento de todo e qualquer ato ou diligência administrativa, judicial ou extrajudicial de que seja citado ou interpelado, ou procedimento previsto na Lei nº 73/2013 e relacionados com este empréstimo ou o cumprimento das obrigações do **MUNICÍPIO**, ou de outro facto que de alguma forma possa afetar ou pôr em risco as garantias e o cumprimento das suas obrigações contratuais. -----
7. O **MUTUÁRIO** obriga-se especialmente ao seguinte:-----
 - a) A fornecer prontamente à **CAIXA AGRÍCOLA** sempre que ela solicite, os documentos e informações relativos aos requisitos e condições previstos na Cláusula Primeira, bem como os relacionados com a aplicação das quantias mutuadas e com a disponibilidade e aplicação das verbas e valores a que se reporta a Cláusula Oitava. -----
 - b) A dar imediato conhecimento à **CAIXA AGRÍCOLA** de todo e qualquer ato ou diligência administrativa, judicial ou extrajudicial de que seja citado ou interpelado, ou de outro fato que de alguma forma possa afetar ou pôr em risco as garantias e o cumprimento das suas obrigações contratuais. -----
8. Ficam autorizadas e aceites, sem carecer de mais consentimento ou comunicação, a cessação de créditos e da posição contratual, total ou parcial, que a **CAIXA AGRÍCOLA** pretenda fazer e nas condições que entender, posto que não altere as condições vigentes do empréstimo. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

10. Este Contrato e inerentes títulos e créditos constituem ativos elegíveis para operações de política monetária do Euro sistema, nos termos e condições das Instruções do Banco de Portugal, designadamente da nº 1/99 e da nº 7/2012, e também conforme o disposto no Decreto-Lei 105/2004, de 8 de Maio, e suas alterações, referentes ao regime jurídico dos acordos de garantia financeira, pelo que o **MUTUÁRIO** declara sem reservas ou quaisquer limitações e para os devidos efeitos legais e regulamentares, que expressamente renuncia: -----

- a) Aos direitos decorrentes das regras do segredo bancário, nos citados termos regulamentares, ficando entendido que a **CAIXA AGRÍCOLA**, ou a entidade por elas autorizada ou a quem cedam o crédito emergente do presente Contrato, e o Banco de Portugal ou a entidade por este indicada poderão aceder, utilizar e dispor das informações, documentos e/ou quaisquer elementos cobertos por segredo bancário e respeitantes ao **MUTUÁRIO**, ao presente Contrato e empréstimo. -----
- b) A quaisquer direitos de compensação perante o Banco de Portugal e/ou perante a **CAIXA AGRÍCOLA**, e/ou perante qualquer entidade a quem o crédito seja cedido, independentemente da origem e justificação. -----

CLÁUSULA SÉTIMA (*Incumprimento e exigibilidade*) -----

- 1.** O não cumprimento pontual de quaisquer obrigações do **MUTUÁRIO** para com a **CAIXA AGRÍCOLA** emergentes deste Contrato produz o vencimento antecipado e a exigibilidade imediata de todas as demais obrigações do mesmo, sem embargo de outros direitos conferidos por lei ou Contrato, e especialmente nos casos seguintes:
- a) Se não for paga alguma prestação de capital e de juros, no respetivo prazo, ou os juros moratórios e os encargos, ou qualquer quantia devida, nas datas estabelecidas ou indicadas pela **CAIXA AGRÍCOLA**. -----
 - b) Se não forem respeitadas obrigações e compromissos do **MUTUÁRIO**, inclusive relativas a garantias e à movimentação das «Contas D.O.», ou se sobrevier alguma oposição, apreensão ou providência judicial, administrativa ou extrajudicial, ou outro facto que as afete ou o cumprimento deste Contrato. -----
 - c) Se as quantias mutuadas forem usadas em fim diferente do contratado; e se não forem entregues os documentos ou não forem prestadas as informações que o devam ser à **CAIXA AGRÍCOLA**, ou neles/as haja falsidade, defeito ou omissão.



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

2. Em caso de incumprimento e nos acima referidos, a **CAIXA AGRÍCOLA** fica autorizada a movimentar e debitar a referida Conta D.O. nela titulada pelo **MUTUÁRIO**, para obter o pagamento das obrigações emergentes deste Contrato, além de poder exercer quaisquer direitos e procedimentos conferidos por Contrato ou por lei, designadamente os previstos na citada Lei nº 73/2013.-----
3. O empréstimo e o bom cumprimento das obrigações dele decorrentes beneficiam das garantias admissíveis nos termos do direito, em especial na Lei nº 73/2013 (Regime Financeiro das Finanças Locais e das Entidades Intermunicipais), podendo a **CAIXA AGRÍCOLA** recorrer aos procedimentos previstos nessa lei e ao cativo das dotações do **MUTUÁRIO** do Fundo de Equilíbrio Financeiro e do Fundo Geral Municipal, e as receitas dos preços das prestações de serviços e fornecimento de bens não especialmente consignadas, a processar e cativar na Conta D.O. do **MUTUÁRIO** na **CAIXA AGRÍCOLA**, para assegurar e obter o pagamento do que lhe seja devido nos termos deste Contrato. -----

CLÁUSULA OITAVA (*Tramitação de Dados*) -----

Os dados deste Contrato, do empréstimo e da Conta D.O., bem como os dados pessoais que lhes estejam relacionados, podem ser e destinam-se a ser processados informaticamente e usados pela **CAIXA AGRÍCOLA**, que poderá recolher informação adicional nomeadamente para administração, fiscalização e execução do empréstimo e das respetivas garantias, produtos e serviços associados, e poderão facultar esses elementos a entidade à qual o crédito seja cedido, com salvaguarda da confidência e das regras legais, e às autoridades e entidades judiciais, administrativas e de supervisão, designadamente bancária e financeira, e sempre que tal seja devido por imposição legal, nomeadamente em cumprimento da Instrução nº 21/2008 do Banco de Portugal, nos termos da qual cabe à **CAIXA AGRÍCOLA** comunicar à Central de Responsabilidades de Crédito no Banco de Portugal as responsabilidades em nome do **MUTUÁRIO**, relacionadas com o presente Contrato.-----

CLÁUSULA NONA (*Lei, Foro e Comunicações*) -----

1. O presente Contrato rege-se pela lei portuguesa.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

2. Para solucionar questões relacionadas com este Contrato fica designado como competente, no que por lei for disponível, o foro da comarca da escolha da **CAIXA AGRÍCOLA**.-----

3. As comunicações entre as partes devem ser efetuadas por escrito, por carta ou por telecópia, dirigidas para os seus endereços e contactos mencionados neste Contrato ou em documento institucional de cada entidade e que seja apropriado para essa indicação. -----

Sertã, 9 de março de 2017. -----

Isento de Imposto de Selo, conforme artº 6º do Código do Imposto de Selo. -----

Pela **CAIXA AGRÍCOLA**, os seus Administradores signatários: -----

Pelo **MUNICÍPIO**, o seu Presidente da Câmara Municipal:-----

----- Nos termos expostos, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar as cláusulas contratuais do empréstimo acima referido. Mais deliberou designar, para outorgar o Contrato de Crédito, em representação do Município, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Pacheco Brito Dias.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Processo nº 723/12.1BECBR: Réu: Município de Pampilhosa da Serra, Autor: Oliveiras, S.A. - Pagamento de taxa de Justiça

----- Foi presente uma comunicação proveniente do Sr. Consultor Jurídico da Autarquia, relativa ao Processo nº 723/12.1BECBR: Réu: Município de Pampilhosa da Serra; Autor: Oliveiras, S.A, a fim de se proceder ao pagamento da importância de 8.176,50 € (oito mil cento e setenta e seis euros e cinquenta cêntimos) referente à taxa de justiça que decorre do referido Processo. -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade proceder ao pagamento da referida importância, ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.4 - Quota da CIM - 2017 (Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma Informação do Serviço de Contabilidade, do seguinte teor: -----
----- “ Conforme informação obtida através do mapa publicado nas Grandes Opções do Plano e Orçamento 2017 da CIM, o valor da quota do Município de Pampilhosa da Serra aprovado para o presente ano é o mesmo que o de 2016. -----
----- Assim sendo, solicita-se que seja deliberado o pagamento da quota para o ano em curso, no valor de 7.827,01 €. -----
----- Junta-se em anexo o quadro extraído do Ponto 7.2 RECEITA do Orçamento da CIM. -----
----- À consideração superior.” -----
----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a CIM o valor de 7.827,01 €, respeitante à quota 2017. -----
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

4.1 - SECRETARIA

4.1.1 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Pedido de Isenção de Taxas - Ratificação

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar a isenção de taxas requerida pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, referentes à Licença de Ruído para os dias 25 e 26 de fevereiro (Festa de Carnaval) e realização de atividades no decorrer do mês de março e início de abril 2017, no Uchas Bar. -----

----- Relativamente ao requerido, foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria onde constam os valores do licenciamento: -----

----- 4 - Taxa pela apreciação de pedido para a emissão de Licença - cada 40.60 € /total 162,40€; -----

----- 4 - Licença de Ruído: cada 11.12 € / total 44.49 €. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - BADA - Bike Associação Desporto Aventura - Taça DHI Pampilhosa da Serra - Pedido de Isenção de Taxas



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um requerimento da BADA – Bike Associação Desporto Aventura, a solicitar a isenção do pagamento de taxas pelas licenças para a realização da prova de Downhill na Pampilhosa da Serra, nos dias 18 e 19 de março do corrente ano, uma vez que se trata de um evento que promove o desporto no Concelho e divulga o nome do Concelho internacionalmente. -----

----- Relativamente ao pedido formulado, foi presente uma Informação dos Serviços de Secretaria, tendo por base as alíneas c) do artigo 8º do Regulamento Geral das Taxas Municipais. Mais informam os Serviços, que os valores do licenciamento são os seguintes: -----

----- Taxa pela apreciação do pedido para a emissão de Licença para a Realização de Espetáculos ou de Divertimentos Públicos nas Vias, Jardins e Demais Lugares Públicos ao Ar Livre – 35.53 €; -----

----- Licença – 11.12 € -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, isentar a BADA – Bike Associação Desporto Aventura do pagamento das referidas taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 – SERVIÇOS JURÍDICOS

4.2.1 – Pedido de Renovação do Contrato de Arrendamento da Fração C, do I Pavilhão, da Zona Industrial do Alto das Aldeias, Freguesia de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Na sequência do requerimento com o Registo de entrada nº 2588, datado de 06/03/2017, subscrito pelo Sr. Acácio Fernando Lopes da Silva, sócio gerente e legal representante da sociedade por quotas “RGA – OFICINA E MANUTENÇÃO GERAL DE AUTOMÓVEIS, LDª”, arrendatária, da Fração C, do I Pavilhão, da Zona Industrial do Alto das Aldeias, em que solicita a esta Autarquia a renovação do contrato de arrendamento daquela fração, celebrado em 02 de outubro de 2007, cumpre informar que dispõe a Cláusula Terceira do contrato em questão: -----

----- “Cláusula Terceira -----

----- Duração do Arrendamento -----

----- O arrendamento tem início na data de assinatura do presente Contrato, sendo feito pelo período de cinco anos, renovável a requerimento do SEGUNDO OUTORGANTE, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo do Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de um



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

ano, até ao limite máximo total de vinte anos.” -----

----- *Informam os Serviços Jurídicos que a arrendatária em questão tem o seguro atualizado, bem como o pagamento das rendas e cumpriu o prazo de antecedência mínima prevista contratualmente, podendo a Câmara Municipal, querendo, anuir a renovação do arrendamento por mais um ano, a contar de 02 de outubro de 2017.* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2.2 - Aumento de subsídio mensal atribuído ao Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense

- Proposta de revogação de Protocolo datado de 15-02-2012 e aprovação de minuta de Protocolo

----- Tendo em conta a deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião ordinária realizada no dia 09/01/2017, em proceder ao aumento do subsídio mensal ao Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense para o valor de 1.500,00 Euros; -----

----- Considerando que o Protocolo de Colaboração celebrado entre as duas entidades, que prevê a concessão ao Grupo Musical de um subsídio mensal, no montante de 1.200,00€, destinado a apoiar despesas correntes do seu funcionamento, data de 15 de fevereiro de 2012, considera-se manifestamente desajustado, no que respeita aos fundamentos de direito (enquadramento legal) e ao suporte financeiro que o deveria/poderia sustentar; -----

----- Pelo que, é sugerida a revogação do Protocolo celebrado em 15 de Fevereiro de 2012. -----

----- E, nessa sequência, em cumprimento da deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal realizada em 09-01-2017, por forma a ser formalizada a atribuição do subsídio mensal no valor de 1.500,00 €, ao Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, foi presente a competente minuta do Protocolo de Colaboração, que se submete à apreciação e aprovação da Câmara Municipal. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade: -----

----- 1. Revogar o Protocolo celebrado em 15 de Fevereiro de 2012. -----

----- 2. Aprovar a minuta do Protocolo de Colaboração a fim de formalizar a atribuição do subsídio mensal no valor de 1.500,00 Euros ao Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense. -----

----- 3. Conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

5.1 - OBRAS PÚBLICAS

- 5.1.1 - Construção de Edifício de Armazéns_Z.I. de Pampilhosa da Serra**
- Receção definitiva parcial_Liberação de caução
- Concurso nº 282009

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- “ Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada “Construção de Edifício de Armazéns _ Z. I. de Pampilhosa da Serra”, a firma Argoconstrutora, Construção Civil, Lda, apresentou em 05/01/2017 o pedido de receção definitiva.-----

----- Tal como transmitido ao adjudicatário em 09/01/2017, através do ofício nº103, o prazo de garantia da presente empreitada encontra-se regulado pelo disposto na cláusula 36ª do caderno de encargos.-----

----- A receção provisória ocorreu em 27/01/2012 pelo que atualmente só poderão ser passíveis de receção definitiva, caso estejam nas devidas condições, os trabalhos cujo período de garantia é de 2 e 5 anos.-----

----- Os trabalhos sobre os quais recai um período de garantia de 10 anos não poderão ser rececionados definitivamente nesta data.-----

----- Em 02/02/2017 foi efetuada vistoria, cujo relatório se anexa, sendo que não foi verificada qualquer anomalia.-----

----- Nestes termos, os trabalhos constantes da listagem “trabalhos rececionados” e que se anexa à presente informação, podem ser considerados rececionados definitivamente.-----

----- Quanto aos restantes, somente a partir de 27/01/2022 pode ser equacionada a sua receção.--

----- No que respeita à liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município, deve ser dado cumprimento ao disposto no Decreto-lei nº190/2012 de 22 de agosto.-----

----- Este regime excecional e temporário é aplicável aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados antes de 22/08/2012 ou a celebrar até 1 de julho de 2016.-----

----- Nos termos e para os efeitos do nº2 do artigo 4º do Decreto-lei nº190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 02 de fevereiro de 2017 no local da empreitada.-----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº5 do artigo 3º do Decreto-lei nº190/2012 de 22, para serem libertados 10% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº2 e nº4 do artigo 3º do mesmo diploma legal.-----

----- A empreitada gozava inicialmente das seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº 125-02-1631218, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. em 25/01/2010 no montante de 22.750,00 €; -----

----- 2) Retenção do montante de 22.571,30 € efetuada aquando do pagamento de cada um dos autos de trabalhos e da revisão de preços;-----

----- Atualmente a empreitada goza das seguintes garantias: -----

----- 3) Garantia bancária nº 125-02-1631218, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. em 25/01/2010 no montante inicial de 22.750,00 € e atual de 4.383,26 €; -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita parcialmente, propondo-se: -----

----- a) Cancelamento da garantia bancária nº 125-02-1631218, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. em 25/01/2010 no montante inicial de 22.750,00 € e atual de 4.383,26 €;-----

----- b) Receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa "trabalhos com prazo de garantia de 2 e 5 anos".-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade: -----

----- a) O Cancelamento da garantia bancária nº 125-02-1631218, emitida pelo Banco Comercial Português, S.A. em 25/01/2010 no montante inicial de 22.750,00 € e atual de 4.383,26 €;-----

----- b) A Receção definitiva dos trabalhos constantes da listagem anexa "trabalhos com prazo de garantia de 2 e 5 anos".-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.2 - Reabilitação do Pavilhão Gimnodesportivo_Pampilhosa da Serra
- Liberação de caução
- Concurso nº 032013

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- "Tendo em consideração o concurso para execução da empreitada "Reabilitação do Pavilhão



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Gimnodesportivo_Pampilhosa da Serra", a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 02/02/2017 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.-----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº190/2012 de 22 de agosto.---

----- Nos termos e para os efeitos do nº2 do artigo 4º do Decreto-lei nº190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 14 de fevereiro de 2017 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado.-----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº5 do artigo 3º do Decreto-lei nº190/2012 de 22, para serem libertados 75% do valor das garantias existentes correspondentes ao valor dos trabalhos, nos termos do disposto no nº2 e nº4 do artigo 3º do mesmo diploma legal.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias:-----

----- 1) Garantia Bancária nº00389649, no valor de 10.742,50 € (dez mil, setecentos e quarenta e dois euros e cinquenta centimos), emitida em 27/11/2013 pelo Banco Espírito Santo S.A.;-----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se o seguinte: -----

----- a) Redução do montante da garantia bancária nº00389649, emitida pelo Banco Espírito Santo S.A. em 27/11/2013 no montante de 10.742,50 € para 2.685,62 €; -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.3 - Execução de Conduta Adutora_Z.I. Pampilhosa da Serra

- Liberação de caução

- Concurso nº 052013

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ---

----- "Tendo em consideração o concurso por ajuste direto para execução da empreitada "Execução de Conduta Adutora _ Z.I. Pampilhosa da Serra ", a firma Calado & Duarte, Lda, apresentou em 18/01/2017 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município.-----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº190/2012 de 22 de agosto.---



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos e para os efeitos do nº2 do artigo 4º do Decreto-lei nº190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 01 de fevereiro de 2017 no local da empreitada, com a presença do representante do adjudicatário, Engº Paulo Jorge Mendes Calado.-----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, tendo-se verificado que os trabalhos efetuados na empreitada não apresentam quaisquer anomalias.-----

----- Assim e atento ao atrás exposto, considera-se que estão verificadas as condições previstas no nº5 do artigo 3º do Decreto-lei nº190/2012 de 22, para serem libertados 15% do valor das garantias existentes nos termos do disposto no nº2 e nº4 do artigo 3º do mesmo diploma legal.-----

----- A empreitada goza das seguintes garantias:-----

----- 1) Retenção inicial de 5.497,30 € aquando do pagamento dos autos de medição nº1 e nº2, com o montante atual de 2.198,92 €;-----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se:-----

----- a) Devolução do montante de 824,60 €, retido aquando do pagamento dos autos de medição nº1 e nº2, passando o valor da retenção de 2.198,92 € para 1.374,32 €;-----

----- À consideração superior."-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar.-----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta.-----

5.1.4 - Relatório Final II de Análise das Propostas

- Concurso Público para Execução da Empreitada "Reconversão do Mercado Municipal de Pampilhosa da Serra"
- Processo nº 192016

----- Foi presente o Relatório Final II de Análise das Propostas, elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho. --

----- O citado Relatório encontra-se acompanhado do Relatório Preliminar elaborado nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 148º do citado Código dos Contratos Públicos.-----

----- De acordo com o conteúdo do Relatório Final, verifica-se que o Concorrente classificado em primeiro lugar, de acordo com os critérios de adjudicação previstos no Programa de Concurso, é o Concorrente nº 7 - **Alvape Construção e Obras Públicas, Lda**, e que se propõe executar a empreitada pelo valor de 897.404,07 € (oitocentos e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

noventa e sete mil, quatrocentos e quatro euros e sete cêntimos), acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 365 dias. --

----- Mais se verifica que em sede de Audiência Prévia ao relatório preliminar, o júri não recebeu por parte dos concorrentes qualquer observação, discordância ou reclamação sobre o processo durante o prazo previsto. -----

----- Após análise dos elementos presentes, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade adjudicar a empreitada à empresa **Alvape Construção e Obras Públicas, Lda**, pelo valor de 897.404,07 € (oitocentos e noventa e sete mil, quatrocentos e quatro euros e sete cêntimos) acrescido do Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor, com o prazo de execução de 365 dias. -----

----- Mais deliberou que o citado Concorrente deverá ser notificado para proceder à entrega dos documentos de habilitação previstos no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos e à prestação de caução no valor de 5% do preço contratual, nos termos do disposto no artigo 88º e seguintes do referido Código e dentro dos prazos previstos no Programa de Concurso (10 dias). -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.5 - Requalificação de arruamentos municipais_2017_fase 1

- Concurso Público 042017

----- Foi presente a Informação nº 04_Conc_2017 dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- *“Existem vários arruamentos municipais predominantemente em betuminoso que se apresentam com elevados índices de degradação, sendo urgente a sua reparação de modo a garantir as condições de circulação e segurança. O projeto de execução encontra-se concluído e em condições de ser aprovado e aberto concurso para execução da empreitada. Para execução da empreitada fixa-se um prazo máximo de 120 dias e o adjudicatário prestará uma caução inicial no montante de 5% do valor da adjudicação. Assim e atento o atrás exposto, entende-se que deve ser iniciado um procedimento de concurso público para execução da empreitada acima referida, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 278/2009 de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei nº 149/2012 de 12 de julho.* -----

----- Mais se informa que os valores e parâmetros mais relevantes são os seguintes: -----

----- Objeto do Contrato: Empreitada de Obras Públicas; -----

----- Preço Base: 245.565,00 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Base da Escolha do Procedimento: Valor do Contrato; -----

----- Tipo de Procedimento: Concurso Público, ao abrigo da alínea b) do artigo 19º do Código



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro; -----

----- Prazo máximo de execução: 120 dias; -----

----- Caução: 5%; -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o projeto e demais elementos de concurso e proceder à abertura do procedimento do concurso, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 19º, do Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de outubro e subseqüentes alterações. -----

----- Mais deliberou dar poderes ao Senhor Presidente para decidir sobre questões relacionadas com erros e omissões, devendo todas as decisões ser objeto de ratificação na reunião imediatamente seguinte à data da tomada de decisão. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5.1.5.1 - Requalificação de arruamentos municipais_2017_fase 1

- Júri do procedimento de concurso

----- Foi presente a Informação nº 04_Conc_2017, dos Serviços Técnicos de Obras, na qual é proposto o Júri do presente procedimento de concurso, de acordo com o seguinte:

----- EFETIVOS: -----

----- Presidente - Fernando Pereira Alves; -----

----- 1º Vogal - Luís Filipe Simões Batista; -----

----- 2º Vogal - Pedro Tiago Sousa Santa; -----

----- SUPLENTE: -----

----- 1º Vogal - José Carlos Alves Barreiros; -----

----- 2º Vogal - Nuno Miguel Coelho Pina. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a constituição do Júri nos termos e para os efeitos do disposto no Código dos Contratos Públicos, publicado no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29/01 e republicado no Decreto-Lei nº 278/2009 de 02 de outubro. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----




